PROJETO DE LEI Nº   ,DE 2003
(Do Sr. Bernardo Ariston)

INSTITUI O SELO DE QUALIDADE
NACIONAL DE TURISMO NO ÂMBITO DO
TERRITÓRIO NACIONAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica instituído o Selo de Qualidade Nacional de Turismo, no âmbito do território nacional.

Art 2º O Selo de Qualidade Nacional de Turismo de que dispõe esta lei classifica os padrões dos serviços turísticos prestados por empresas e/ou entidades.

§1º Para fins desta lei, consideram-se empresas e entidades prestadoras de serviços turísticos as definidas no art.2º, da lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1997.

§2º A adesão ou sujeição ao que trata a presente lei é facultativo.

Art 3º São objetos do "Selo de Qualidade Nacional de Turismo":

I - a preservação da imagem interna e externa da indústria do turismo nacional;

II - o estabelecimento e a manutenção da confiança do turista no produto turístico brasileiro;

III - a ampliação e o aperfeiçoamento dos serviços colocados à disposição do turista.

Art 4º É prerrogativa da empresa ou entidade que aderir ao programa de qualificação estabelecido por esta lei:

I - utilizar o "Selo de Qualidade Nacional de Turismo" em suas peças publicitárias;

II - ser citada nas publicações promocionais oficiais e nas listagens sistemáticas dos serviços turísticos realizados em suas áreas de atuação;

III - ter acesso aos incentivos financeiros estabelecidos na Política Nacional de Turismo, criada pelo Decreto-Lei nº55, de 18 de novembro de 1966, e a outros benefícios oficiais.

Art 5º Compete ao Ministério do Turismo cadastrar e classificar a empresa e/ou a entidade que aderir ao programa de que dispõe a presente lei e especificar as características necessárias para o que dispõe.

Parágrafo único - O Ministério do Turismo definirá os critérios e formalidades a serem observadas para efeito do que dispõe este artigo.

Art 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art 7º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art 8º Revogam-se as disposições contrárias.

Justificação

Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Esta é a principal missão do Ministério do Turismo que, para alcançar esse objetivo, está inovando na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico.

A previsão do Ministério do Turismo é criar até 2006 condições que permitam o aumento do número de turistas estrangeiros que visitam anualmente o Brasil, dos atuais quatro milhões para nove milhões. Elevar a receita cambial gerada pelo turismo nacional de US\$ 3 bilhões para US\$ 8

bilhões, numa tentativa de excluir o nosso país da posição tímida que ocupa no ranking dos países que exploram o turismo. O Brasil participa apenas com 0,64% do tal da receita mundial. Com relação ao chamado turismo doméstico, a meta do Governo é aumentar em 32 milhões o total de passageiros que utilizam os vôos domésticos.

A política nacional de turismo, por seu turno, dá prioridade à geração de empregos e a inclusão social. Sinaliza o incremento de 1,2 bilhões novos postos de trabalho (em 2001, existiam 4.886.378), em quatro anos. Estabelece como ação para esse objetivo, o desenvolvimento da infra-estrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turismo. E prevê como ações complementares à reativação das relações internacionais e a normalização da qualidade da prestação do serviço turístico.

Com efeito, este projeto de lei tem como objetivo oferecer condições para que o Poder Executivo consolide e atualize as normas reguladoras das atividades, direitos, prerrogativas, obrigações e responsabilidades das pessoas jurídicas envolvidas no processo de desenvolvimento do turismo no Brasil. Cria importantes elementos de apoio para a implantação das metas alinhavadas pelo Ministério do Turismo, incentivando a empresa que opera no setor a apresentar serviços de qualidade.

Sala das sessões, de dezembro de 2003

Deputado Bernardo Ariston
PMDB-RJ.